

# Servidores do Ibama voltarão às atividades

Greve de fiscais teve impactos nos portos

TEDESARTORI  
DA REDAÇÃO

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) voltarão às atividades normais nesta semana. A greve, iniciada em 1º de julho, terminou depois de assinatura de acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A paralisação durou mais de um mês e impactou os portos.

Antes da greve, os fiscais já efetuavam o trabalho mais lentamente desde o início do ano. "Atividades de campo, como licenciamento e fiscalização, estavam paralisadas. Os fiscais atuavam apenas em atividades burocráticas", informou a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Ascema).

As negociações da Ascema com o Governo Federal, porém, aconteciam há cerca de um ano. A partir de janeiro, o Porto de Santos começou a sentir os efeitos do impasse, ainda sem a paralisação. Um exemplo foi a Operação Tartaruga ou Padrão, feita pelos servidores do Ibama, que impactou as importações e exportações de veículos a combustão e híbridos, deixando os carros encalhados nos pátios de complexos portuários. A Tribuna falou sobre o assunto na edição de 30 de maio.

O órgão depende da atuação dos seus fiscais nos portos para emitir a licença de importação para veículos leves e pesados, documento essencial para permitir a entrada no País. São certidões que comprovam o cumprimento do Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve).



Porto de Santos começou a sentir os efeitos da Operação Tartaruga no mês de maio, impactando as importações e as exportações de veículos

A lentidão no fluxo de trabalho também atingiu, na ocasião, os auditores fiscais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), responsáveis por conferir os contêineres com peças e veículos em geral.

#### DESAGRADOU

O acordo não agradou à Ascema, segundo nota divulgada pela entidade. "O acordo foi feito a contragosto dos servidores. Não se trata de reestruturação da carreira e do Pecma (Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama), mas sim de reajuste,

em que os servidores se viram na obrigação de aceitar a proposta para não ter prejuízo ainda maior".

Segundo a Ascema, o MGI apresentou incremento nas tabelas do Pecma e Nível Auxiliar, elevando o reajuste previsto em 2025 de 8,5% para 9,5%. Em 2026, o aumento será de 4%, além da quebra de barreira para progressão dos servidores enquadrados no Pecma.

Também foram detalhadas as mudanças para os níveis Superior e Intermediário. Para o primeiro, será criada uma nova Classe A, com padrões adicionais

na Classe S. Servidores atualmente na Classe A serão reenquadrados para a Classe B, com avanço de dois padrões. Já no Intermediário, serão criados três padrões na Classe A e dois na Classe S, seguindo o mesmo processo.

Uma das demandas principais dos servidores durante a mobilização pretendia equiparar a categoria aos níveis salariais e de progressão da Agência Nacional de Águas (ANA), mas não foi feita. "O Governo alega que não tem recursos para atender os servidores. Foi deixada de lado, por enquanto. A

mobilização que irá cobrar a reestruturação total da carreira, o que inclui a equiparação às condições da ANA, continuará. Em breve, a Ascema deve elaborar um calendário com ações", afirma a entidade.

A Reportagem solicitou entrevista para o MGI, mas a pasta limitou-se a mandar um link com informações sobre o assunto publicadas no site do Governo Federal. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima também foi procurado, mas não respondeu até o fechamento da reportagem.